

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
DITADURA BRASILEIRA: O Estado sob os auspícios e truculência do capital			
AUTOR	INSTITUIÇÃO	Sigla	Vínculo
Thiago Willian Silva	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Mestrando
RESUMO			
<p>Passado, mais de meio século, não restam dúvidas que, o período da ditadura militar significou um importante capítulo da história da luta de classes no Brasil. Hoje, já foi comprovado que, a tomada do poder fora consolidada e contou com o auxílio internacional, criando um Estado que a serviço do capital irá consolidar o processo de revolução burguesa no Brasil. Gozando de um período histórico privilegiado para captação de financiamentos no exterior. A autocracia burguesa em termos econômicos consolidará um sólido parque industrial. Por outro lado, após a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, houve o recrudescimento do regime. Repressão passou a ser, a palavra na ordem do dia. Prisões, torturas e execuções tornaram-se práticas comuns no Brasil dos anos 70. Desse modo, percebe-se que o Estado autocrata militarizado esteve ao fiel serviço do capital monopolista internacional, isto é, tudo era permitido para garantir a acumulação e reprodução e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O caráter de classe do Estado brasileiro nunca foi tão explícito. Seja pela perseguição e aniquilação total do ideário comunista, ou pela forte repressão à classe trabalhadora. Este Estado Militarizado tinha acoplado em seu interior franjas da classe burguesa, cujos objetivos foram atendidos pelo regime. O Estado Brasileiro portou-se como um verdadeiro “comitê executivo da burguesia”, no afã de garantir a propriedade privada e a maximização dos lucros, como também por meio dos fuzis exterminou milhões de trabalhadores, justificando-se assim a ideologia de um “Brasil potência” a ferro e fogo.</p>			
PALAVRAS-CHAVE			
Ditadura; Autocracia; Repressão.			
ABSTRACT			
<p>Past more than half a century, there is no doubt that the period of military dictatorship meant an important chapter in the history of the class struggle in Brazil. Today, it has been shown that the taking out of consolidated power and relied on international aid, creating a state in the service of capital will consolidate the bourgeois revolution process in Brazil. Boasting a privileged historical period for raising funds abroad. The bourgeois autocracy economically consolidate a solid industrial park. On the other hand, after the promulgation of Institutional Act No. 5 on 13 December 1968, there was an upsurge of the regime. Repression became the word on the agenda. Arrests, tortures and executions have become common practice in Brazil of the 70 Thus, it is clear that the militarized autocratic state was the faithful service of international monopoly capital, that is, everything was allowed to ensure the accumulation and reproduction and development of capitalism in Brazil. The Brazilian state's class character has never been so explicit. Be the persecution and annihilation of Communist ideology, or by the strong repression of the working class. This militarized state had engaged in inside fringes of the bourgeois class, whose goals have been met by the regime. The Brazilian State has behaved like a true "executive committee of the bourgeoisie" in the effort to guarantee private property and profit maximization, but also through the rifles exterminated millions of workers, thereby justifying the ideology of a "Brazil power "by fire and sword.</p>			
KEYWORDS			
Dictatorship ; Autocracy ; Repression.			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e Luta de Classes.			

DITADURA BRASILEIRA: O ESTADO SOB OS AUSPÍCIOS E TRUCULÊNCIA DO CAPITAL

Thiago Willian Silva

Para ser mais bem compreendido, o processo relatado nesse artigo depende de uma incursão histórica, ainda que breve, sobre os fatos que o precederam. O período aqui analisado, diz respeito ao da instauração do regime autocrático burguês no país, ocorrida logo após o golpe civil-militar de 1964 e que desencadeou uma transição estrutural do Estado, impondo uma nova ordem política e social com impactos em todas as esferas: política, cultural, científica, social e econômica, e que perdurou por vinte e um anos.

Nesse sentido, é preciso lembrar que o Brasil teve, em sua colonização, a verdadeira formação de sua identidade. Prado Júnior (2000) afirma, a esse respeito, que o período colonizador, ainda hoje afeta a vida do país, avaliando que suas consequências podem ser percebidas desde as suas condições geográficas até ao seu fundamento econômico e social.

A princípio, o que os colonizadores visavam diante do novo território descoberto, era o comércio dos “gêneros aproveitáveis”, e dos “produtos espontâneos, extrativos”, tais como a madeira, peles e a pesca. Nessas condições, o que era chamado de ‘colonização’ nada mais foi o que o “estabelecimento de feitorias comerciais” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 12-13). Entretanto, diferente de outras feitorias mercantis como as praticadas pela Itália ou mesmo como a que os portugueses já faziam na África e na Índia, as colonizações das Américas e, particularmente o caso brasileiro, exigia um contingente amplo de pessoas para organizar a produção, gerir os negócios e defendê-lo.

Nas palavras de Prado Júnior (1961, p. 16):

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessava seu comércio.

Por força de tais circunstâncias, surge a partir desse período a necessidade de povoação do território, ou melhor, dere-povoação, haja vista que os portugueses que aqui atracaram registraram

em relato oficial, a existência de milhares de nativos a quem chamaram de índios. Partia-se da premissa de que somente através da ocupação efetivada pelo povoamento seria possível defender a nova colônia, principalmente dos franceses, que avançavam de forma crescente e invasiva tomando posse dos territórios conquistados nas Américas, inclusive o Brasil.

Para os europeus, interessava estimular a vinda de colonos, uma vez que o novo território lhe supriria de gêneros naturais de grande valor comercial aos quais não tinham facilidade de acesso, tais como o açúcar, o algodão, o tabaco, entre outros. Para obter tudo isso numa terra descrita como fértil, seria necessário apenas o esforço humano para cultivar e colher. Por outro lado, embora a possibilidade de adquirir riquezas nos trópicos acenasse para os colonos, estes não demonstravam disposição para trabalhar em um ambiente físico tão diverso ao que estavam acostumados.

Como os poucos que se mostravam interessados a vir para o país eram os traficantes de madeira (pau-brasil), e mesmo esses já não davam grande importância ao negócio que já se apresentava em declínio tornando ainda mais árdua a tarefa de povoamento, o soberano português tomou uma decisão drástica:

[...] realizar o povoamento de uma costa imensa como a do Brasil, era tarefa difícil; procurou-se compensar a dificuldade outorgando àqueles que se abalançassem a ir colonizar o Brasil vantagens consideráveis: nada menos que poderes soberanos, de que o Rei abria mão em benefício de seus súditos que se dispusessem a arriscar cabedais e esforços na empresa. Assim mesmo, poucos serão os pretendentes. Podemos inferi-lo da qualidade das pessoas que se apresentaram, entre as quais não figura nenhum nome da grande nobreza ou do alto comércio do Reino. (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 31).

O plano da realeza dividiu a costa brasileira em 12 setores de extensões variadas, chamadas capitanias. Estas foram distribuídas entre 12 indivíduos de pequena expressão social e econômica aos quais foram dados, além de grandes regalias, poderes para nomear autoridades administrativas e juízes em seus territórios. O Rei conservou para si “o direito de suserania, semelhante aos que vigoravam na Europa feudal.” (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 32).

Essa foi a medida encontrada, considerando-se que, quando os portugueses se dispunham a enfrentar a diversidade do novo mundo, queriam vir como dirigentes das produções ou como empresários de um negócio rentável, esperando que houvesse por aqui, pessoas que executassem o serviço pesado para eles, reforçando a tendência à posse de grandes propriedades de terra nas mãos

de poucos e que carece de extensa mão-de-obra, reforçando também a discriminação. (PRADO JÚNIOR, 1961)

É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações (as *plantations* das colônias inglesas) – que reúne cada qual um número avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados. (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 21).

No século XV Portugal carecia de mão de obra, pois sua população não era suficiente, demonstrando, já nesse tempo, necessidade crescente do emprego de escravos mouros e africanos, escravizando-se para esse fim, inclusive, os prisioneiros de guerra. Para quem já fazia da escravidão um hábito, era normal que trouxesse para o novo território conquistado, indivíduos usurpados dos países dominados por Portugal, principalmente os africanos.

Começa então, uma história descrita por Skidmore (1998) como sendo de miscigenações e contrassensos, as quais vêm se prolongando até à sociedade brasileira contemporânea, como se pode observar no fato de coexistirem até hoje, no país, realidades sociais desiguais em diferentes regiões ou até mesmo em uma mesma região.

Sob essa perspectiva, Sodré (1990, p. 11) confirma que a sociedade brasileira surgiu da “transplantação dos elementos africanos e europeus”:

[...] os primeiros forneceram a massa da classe dominada, a que concorreu com o trabalho; os segundos forneceram a maioria absoluta dos que concorreram com a propriedade, a classe dominante. Nada disso existia antes e os indígenas tiveram, no processo, contribuição quase sempre inexpressiva.

Os negros trazidos da África eram considerados mercadoria valiosa e se tornaram ainda mais fundamentais no que diz respeito ao enfrentamento das dificuldades existentes quando da colonização brasileira. Embora também tivessem sido utilizados como servos ou escravos no período em destaque, a contribuição dos índios nesse aspecto foi insignificante se comparada com a dos africanos. A população indígena apresentava traços de fragilidade diante do ambiente de

trabalho forçado, cabendo aos escravos africanos suprir a força de trabalho necessária para manter as grandes extensões de terra a serem cultivadas.

A economia colonial estabeleceu-se, nesses moldes, como uma “monocultura agrícola extensiva e baseada no trabalho escravo” e que, conseqüentemente, gerou não só a hierarquia dessa sociedade, como também influenciou fortemente nas relações de raça ulteriores no Brasil (SKIDMORE, 1998, p. 37). Prova isso o fato de se ter, na atualidade, materializado o modelo de grande propriedade rural nas mãos de poucos.

Manteve-se, durante a colonização do Brasil, a condição de origem daqueles que para cá vieram: independente do *status* social que mantinham em sua tribo, os africanos eram escravizados e subjugados pelos europeus. Embora o escravismo não tenha se estabelecido em todas as partes do território nacional, onde esteve constituído contribuiu substancialmente para a formação de um sistema de produção voltado para atender ao comércio europeu. (SODRÉ, 1990).

Sobre isso, assim se expressou Prado Júnior (1961, p. 23):

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco e alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes, depois algodão e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 23).

Não se deve omitir o fato de que toda essa atividade produtiva só se tornou possível a partir do domínio imposto sobre os negros. Ou seja, a partir da escravidão que, se não pode ser compreendida como meio de produção propriamente dito, deve ser avaliada como essencial a ele. O modo de produção escravista brasileiro foi sem precedentes históricos, e suas características peculiares foram decisivas para o delineamento da estruturação da sociedade através da divisão de classes – dominante e dominada. (GORENDER, 1998).

Bandeiras (2008, p. 6) revela que:

Essa relação entre o senhor, o proprietários de terras, e o dependente não se baseou em nenhuma espécie de contrato. O que ocorreu foi a dominação do senhor sobre o dependente, tanto no plano econômico quanto ao nível político-jurídico, em virtude da concentração do poder econômico e das prerrogativas estatais, uma vez que ele tinha capacidade de julgar, possuir armas e exigir prestações fiscais. O exercício de poderes de coação (senhoriais), no entanto, não decorreu tanto de cessão superior mas da apropriação e extensão da autoridade, devido ao raquitismo do Estado, à incapacidade de administração de tão vastas extensões de terra pelos representantes do rei.

Configurava-se dessa forma o modo de produção feudal que, assim como a escravidão, teve características atípicas, quando analisado em relação ao modelo europeu. A parte a intensa discussão sobre se houve ou não feudalismo no desenvolvimento histórico do no Brasil e as controvérsias que este tema suscita, Fernandes (1976) argumenta que, para se definir se existiu ou não, não basta avaliar o cenário onde o grande fazendeiro, detentor do poder, mantinha seu *status* morando nas chamadas casas-grandes, enquanto os escravos, subjugados por eles, se alojavam de maneira precária nas senzalas, submetidos a trabalhos forçados e a um tratamento desumano. Para este autor, quando se considera apenas esses aspectos chega-se à conclusão de sua inexistência, pois em nada se compara aos feudos medievais.

Nesse caso, o que se deve analisar é “o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir no Brasil” (FERNANDES, 1976, p. 17). E o padrão observável era o da dominação por parte dos latifundiários, que ocorria tanto econômica quanto política e juridicamente, visto que também gozavam de ‘prerrogativas estatais’ que lhes garantiam o “poder de julgar, possuir armas e exigir prestações fiscais” (BANDEIRA, 2008, p. 5), configurando-se, pois, como relações feudais.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Fernandes (1976), Bandeira (2008, p. 5) assegura que:

[...] a apropriação desses poderes senhoriais por parte da nobreza é que constitui o fulcro do “modo de produção feudal” e, em última análise, o distingue do “modo de produção capitalista”. No caso do Brasil, os poderes de coação, assumidos pelos sesmeiros, cujo maior ou menor prestígio dependia da quantidade de homens, que pudessem mobilizar a qualquer momento, fosse para o trabalho, fosse para a guerra [...]. (BANDEIRA, 2008, p. 5).

Como explica Fernandes (1976), apesar de manter a estrutura eminentemente agrária sustentada pelo trabalho escravo, o país passou a experimentar uma onda de desaprovação em relação às

desumanidades cometidas pelos senhores ou por seus prepostos, aumentada pela indignação e repulsa contra o escravismo e as bases jurídicas e morais que o representavam. Prado Júnior (1961) relata sob essa perspectiva que, logo após a independência do Brasil, diversos setores da opinião pública, inclusive os mais conservadores, começaram a se manifestar contra a escravatura, embora não se possa dizer o mesmo dos proprietários rurais, visto que a eles interessava a manutenção desta condição.

A discussão colocada em pauta por Stedile (2012) considera que este movimento social e popular culminou com a libertação dos trabalhadores escravizados que, embora pudessem abandonar as propriedades onde trabalhavam, não encontraram muitas possibilidades de sobrevivência, restando-lhes a alternativa de se encaminharem para as cidades, onde poderiam vender sua força de trabalho. Essa ruptura fez com que os escravos de antes se tornassem os operários de então, demandando a instituição do trabalho assalariado, sem a qual não haveria suporte para um mercado interno por falta de consumidores e, ao mesmo tempo, a necessária industrialização.

Todavia, essa ruptura foi dramaticamente lenta.

A transformação do escravo em operário, portanto, não foi um processo rápido, harmônico e generalizado. Precisou de quase um século para se desenvolver. Em outras palavras, desenvolveu-se somente na medida em que se desenvolveram as forças e as relações sociais de produção no setor agrário e no conjunto do subsistema econômico brasileiro. O proletariado, como categoria política fundamental da sociedade agrária brasileira, ocorreu na época em que se verificou a hegemonia da cidade sobre o campo, quando o setor industrial suplantou o setor agrícola (econômica e politicamente) no controle das estruturas de poder do país. (IANNI, 2012, p. 128).

Pode-se constatar, portanto, que foi após a abolição dos escravos que se deu o surgimento de diferentes forças produtivas mais modernas, baseadas nas relações de produção capitalistas e na ativação de negócios em outros setores, tais como as empresas comerciais, financeiras e industriais. Sodré (1990, p. 29) ressalta que mais uma vez o Brasil “gera os seus modelos e paradigmas”, avaliando que o processo de formação do proletariado e do capitalismo brasileiro também ocorreu de forma particular.

Esse novo cenário permitiu a manifestação contundente de um novo estilo de economia, o capitalismo, o qual Fernandes (1976, p. 19) retrata como o “[...] caminho para o ‘grande homem de

negócios' ou para o 'capitão de indústria', figuras inviáveis no passado recente”, mas preponderantes na história da acumulação de capital. Fernandes (*op. cit.*, p. 183) constata ainda que, nesse contexto do surgimento do próspero negócio urbano, em que se dá a formação da burguesia mercantil e “em que se fundiram nobreza e fortuna” os homens de negócios conservavam “valores e estilo de vida dos estamentos dominantes” e aspiravam, por isso mesmo, à conquista de um *status* senhorial como uma espécie de fecho bem-sucedido da sua nova condição, que iria lhe conferir prestígio e aceitação e preservar a ordem burguesa vigente. Esta nova ordem social e econômica garantia privilégios exclusivos para a minoria dominante em detrimento da maioria (proletariado).

A análise das diferentes formas e relações de produção até aqui elencadas, permite afirmar que, ao chegar ao início do século XX, o Brasil já havia sofrido inúmeras transformações políticas e sociais que foram, ao mesmo tempo, complementares e dependentes entre si. Já havia passado, portanto, de uma sociedade escravocrata para a burguesa, quando os grandes latifundiários deixaram de ter o controle exclusivo do poder.

Entretanto, o quadro político, econômico e social do país sofreu uma nova guinada:

A grande depressão econômica dos anos de 1929-1933 e a revolução de 1930 assinalam o fim do estado oligárquico no Brasil. Nessa época, as burguesias agrária e comercial, ligadas ao setor externo (exportação e importação), perderam o controle exclusivo do poder político que passou às mãos das classes urbanas emergentes (empresários industriais, classe média, militares, operários). Ainda que aquelas burguesias não tivessem perdido completamente o domínio do poder político federal (e nos principais estados da União), a Revolução de 1930 representou uma vitória da cidade sobre o campo, ou seja, das classes sociais urbanas sobre as classes sociais rurais. (IANNI, 2012, p. 128).

Como resultado disso, sobretudo a partir da Revolução de 1930, o setor industrial destacou-se em relação ao setor agrário, de modo que a maioria das decisões sobre a política econômica governamental passou a ser tomada em função dos interesses das forças burguesas e de seu privilegiamento. (FERNANDES, 1976). Foi nesse período que a burguesia tomou as rédeas, exercendo a supremacia no processo desenvolvimentista.

É importante que aqui se abra um parêntese para demonstrar o papel desempenhado pelos militares na formação do Estado Novo, instituído sob o governo de Getúlio Vargas (1930). Skidmore (1988, p. 153) relata que a campanha presidencial de 1929 para substituição de Washington Luís, desde

seus preparativos, ocorreu “em meio a suspeitas e manipulações ainda mais intensas do que as usuais”. Dentro de um clima de intensa rivalidade entre Estados, o governador do Estado de São Paulo Júlio Prestes foi o candidato indicado pela maioria dos Estados, enquanto que ao formarem a Aliança Nacional, a oposição indicou Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, que tinha João Pessoa como vice.

Com a desconfiança acirrada em relação à manipulação das urnas, a oposição concebeu um golpe para o caso de Prestes vir a ser eleito. Apesar de considerar o resultado que deu a vitória a Prestes fraudulento, Getúlio não estava certo de que deveria contestar o resultado. Entretanto, sua resolução mudou quando seu candidato a Vice foi assassinado. Em conjunto com a oposição que liderava e obtendo apoio dos militares que se encontravam estacionados no Rio Grande do Sul, marcharam para o Rio de Janeiro onde se encontrariam com outros conspiradores armados.

Enquanto isso, no Rio, os comandantes militares tendo em vista uma eminente guerra civil, com o apoio da Igreja, determinaram ao presidente em exercício que entregasse o cargo, compuseram uma junta governante e começaram a promulgar seus próprios decretos. Skidmore (1988) revela que embora o poderio militar nesse momento se limitasse à jurisdição do Rio de Janeiro, chegou-se a cogitar sua permanência no poder. Após reconsiderar essa ideia, essa mesma junta empossou Getúlio Vargas que, de imediato dissolveu o Congresso Nacional, “instituiu o regime de emergência legitimado por decreto em 11 de novembro de 1930) e assumiu plena autoridade deliberativa via poder de decreto federal.” (SKIDMORE, 1988, p. 155).

Retomando o curso desse estudo, Sodré (1990, p. 138) analisa que este foi um período de consideráveis contribuições para o burguês industrial:

É uma fase de mudanças significativas na acumulação capitalista aqui. Ela toma grande impulso e tem condições políticas que a ajudam. A legislação, em diversos níveis e formas, protege a indústria e assenta no mercado interno o seu desenvolvimento. Não por simples coincidência, a redução dos empréstimos externos e o desenvolvimento da economia nacional são processos paralelos.

Corroborando com a fala de Sodré, Fernandes (1976, p. 305) reflete que acontece nesse momento um “amplo e profundo processo de socialização do poder econômico, social e político” que permite a unificação das classes burguesas. Vale destacar que, apesar de estar em franca expansão, a

burguesia brasileira se acomoda diante do protecionismo estatal, convertendo-se, em uma “burguesia pró-imperialista”, incapaz de se declarar autônoma e, por conseguinte, como esclarece Sodré (1990, p. 30) débil, visto que, ao invés de lutar por seus ideais se faz condescendente com as pressões e intervenções do governo, “pois receia mais a pressão do proletariado”.

Por outro lado, o Estado Novo instituído a partir de então, deu nova força ao proletariado que passou a se organizar para lutar pelos seus direitos. Os trabalhadores até então viviam sem nenhum tipo de proteção legal. A legislação trabalhista mal havia começado a ser estruturada e, por isso mesmo, homens, mulheres e até crianças tinham sua força de trabalho desenfreadamente explorada, trabalhando em jornadas exaustivas, por salários muito baixos e, entre outras coisas, sem a menor condição de higiene ou segurança. Embora isso fosse vantajoso para os proprietários das indústrias, ao se organizarem em sindicatos e outros tipos de agremiações, fortificando a luta por melhores condições. (GORENDER, 1988)

As estratégias utilizadas pelo patronato para conter a indignação e a manifestação de resistência da força do jovem proletariado foram o paternalismo e a repressão policial. Gorender (1998, p. 49) discute o fato de que o paternalismo não passava de fachada, uma vez que os benefícios assistenciais eram descontados nos salários, “arbitrários e excessivos”. Outra questão importante sobre essa estratégia é que, de modo geral, os benefícios visavam a manter a “subordinação disciplinada do empregado ao patrão”. No entanto, essas táticas não acalmaram os trabalhadores que continuavam a se insurgirem, fazendo com que o patronato apelasse para a tutela militar e seu aparelho de repressão.

A reação do Estado foi violenta, no sentido de fazer com que o proletariado fosse contido tanto pela aparelhagem militar “intensamente mobilizada ideologicamente”, quanto pelas leis trabalhistas que pretensamente organizavam os direitos dos trabalhadores, mas que, na realidade, apenas subordinava o “trabalho às condições que o Estado burguês impunha”, alcançando uma suposta conciliação. (SODRÉ, 1990, p. 102).

Outro fator importante em relação à década de 1930 foi a radicalização ideológica ocorrida no Brasil. A esquerda, amparada pelos comunistas, levava sua doutrina aos trabalhadores, despertando o temor das elites civil e militar, e fornecendo-lhes, desse modo, novos motivos para impor leis repressivas. A criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada por Luís Carlos Prestes,

embora controlada por comunistas, incluía outros partidos. A direita, além da Igreja que exercia forte papel doutrinador, era reforçada pelos integralistas e liderados por Plínio Salgado, cuja ideologia era a da formação de uma sociedade disciplinada, marcada pela pouca tolerância para com as atividades revolucionárias.

Apesar das forças oponentes e de serem considerados ‘inimigos internos’ ou ‘classes perigosas’, sendo por isso constantemente perseguidos, os comunistas planejaram um golpe para tomar o poder de Getúlio Vargas, contando como certo terem suficientes agentes infiltrados clandestinamente no exército. Entretanto, foram sumariamente derrotados, fornecendo, desse modo, o clima esperado por Vargas para fazer com que o Congresso declarasse estado de emergência, aumentando, assim, o seu poder de intimidação perante seus oponentes e de persuasão diante da sociedade, instaurando a ditadura.

Segundo Skidmore (1988, p. 164), Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945) tinha uma estratégia traçada, que era a de “[...] depender dos militares para a estabilidade política e de seus tecnocratas para a administração [...]”, realçando, desse modo, uma concepção fascista que, aliada a um lado ‘New Deal americano’, provocou a vitória decisiva contra o liberalismo da República Velha. O lado mais sombrio desse período foi a tentativa de proteção da identidade nacional contra os não-brasileiros, que levou o governo getulista a fechar jornais, escolas e qualquer outro tipo de organização que pertencesse a estrangeiros. Não se pode dizer que tenha sido uma imitação do que ocorreu na Alemanha, mas, que a forte discriminação oficial influenciou a opinião pública.

A entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra criou uma aproximação com os americanos, ao ponto de obterem autorização do governo getulista para construírem bases militares marítimas e áreas no nordeste do país. Por trás dessa ofensiva militar, ocorria também uma ofensiva cultural, cujo objetivo declarado era o de melhorar as relações culturais entre os países. Porém, o que ocorreu foi uma ‘americanização’ na cultura brasileira, voltada para o fortalecimento da opinião a favor dos Estados Unidos.

Segundo Fernandes (1979, p. 40), estabelece-se, a partir desse cenário, uma nova modalidade de dependência e de dominação imperialista, convertendo o Estado em um “Estado Autocrático Burguês” [...] nascido para ser o instrumento político de uma ditadura de classe aberta.”

A guerra, além de acelerar a centralização do governo, também provocou o aumento desenfreado da inflação. Devido ao bloqueio das rotas de importação, o país se voltou para os produtos nacionais, superaquecendo a economia que, no entanto, não conseguiu atender à demanda e acabou criando um problema de grandes proporções para Getúlio. Além disso, nesse momento a oposição estava se fortificando, na medida em que aqueles que haviam sido exilados voltaram ao país fundaram um novo partido, a União Democrática Nacional - UDN.

Assim como a UDN, os militares também passaram a exigir a renúncia de Getúlio que, no entanto, voltou ao poder em 1951 como um presidente democraticamente eleito. Seu retorno, caracterizado por metas audaciosas para a implantação de um novo plano econômico não obteve sucesso devido à necessidade de estabilizar a economia que, conforme dito anteriormente, alcançar níveis insuportáveis de inflação, diminuindo a expectativa de que o Brasil voltasse a crescer. Esse conjunto de situação, acrescido da pressão exercida pela oposição levou Getúlio ao suicídio, considerado pelos opositoristas como sua última estratégia política, baseado na frase que deixou em sua carta de despedida, onde afirmava que deixava a vida para entrar na história.

E é exatamente Juscelino Kubistchek (JK), seu sucessor, quem retoma o desenvolvimento com seu Plano de Metas, após o curto período que Café Filho assumiu interinamente o governo do Brasil a partir da morte de Getúlio Vargas.

JK conseguiu, ao concluir seu governo, fazer a passagem definitiva do país para os moldes capitalistas engendrados em nações dominantes, especialmente os Estados Unidos, porém, à custa do agravamento das contradições da sociedade brasileira e impetrando altos índices inflacionários à economia nacional. Seu governo foi permeado por tentativas de golpes militares, como leciona Paulo Netto (2014, p. 27):

Kubitschek, logo após a sua eleição em outubro de 1955, teve a sua posse ameaçada por grupos conservadores com apoio no Exército, noutro movimento golpista (que a ação do então general Lott abortou em 1955) articulado pelos mesmos setores que levaram Vargas ao suicídio, um ano antes. No exercício do seu mandato, Kubitschek mais duas tentativas de golpe militar (em fevereiro de 1956, a 'revolta de Jacareacanga', e em dezembro de 1959, a 'revolta de Aragarças'). Mas ele governou sem violar a Constituição de 1946, procurou evitar repressões aos movimentos operário e sindical, não perseguiu opositores e não impediu que os comunistas, a partir de 1958, se mobilizassem para reconquistar a vida legal.

Seu sucessor foi Jânio Quadros que, não suportando as pressões, foi obrigado a renunciar, tendo seu vice, João Goulart (conhecido como Jango), sido deposto. Seus opositores foram principalmente os militares que “expressavam os profundos temores das classes dominantes (burgueses e latifundiários)”, principalmente devido à sua história de compromissos com a classe trabalhadora e profunda simpatia com a Revolução Cubana, o que irritou os mais conservadores e aos anticomunistas. (PAULO NETTO, 2014, p. 27).

Para Skidmore (1998) essa caracterização subversiva de Jango fez com que se criasse uma resistência por parte dos militares, desencadeando um intenso debate público. Florestan Fernandes (1976) assegura que essa situação culminou com o golpe militar no ano de 1964 e que estabeleceu um novo regime e um novo padrão político, econômico e social, estabelecido nos moldes dos criados a partir da Guerra Fria.

Toledo (1993) apresenta-se consensual ao invocar o fato de que a própria renúncia de Jânio Quadros, por meio do qual Goulart, ou Jango como era conhecido, assumiu a Presidência, já se configurava como parte de um golpe paralelo, por meio do qual se esperava que os militares vetassem a posse de Goulart, cujo viés político era comumente ligado ao dos comunistas.

Desencadeou-se, então, uma série de mobilizações populares que contava com o apoio de políticos democráticos e militares nacionalistas, a favor de que Goulart assumisse, de um lado, e daqueles que se opunham a ele, configurando-se, pois, como uma resistência a que, já em 1961, os militares assumissem o poder. Essa desarticulação do que poderia ter sido outro golpe, no entanto, durou pouco, uma vez que as Forças Armadas, três anos depois, com apoio de importantes forças políticas tais como o empresariado, a imprensa, proprietários rurais e Igreja Católica (SILVA, 2014) que estimulavam a intervenção militar, tomaram o poder das mãos de João Goulart, instaurando um novo contexto político e social no país. (TOLEDO, 1993).

É preciso lembrar que o golpe de 1964 ocorreu em meio a um contexto político, econômico e social em crise. Ao mesmo tempo em que Jango assumiu o poder com severas restrições, sob um regime que, por emenda constitucional, acabava de se constituir parlamentarista, também recebeu o país em meio a altas taxas de inflação e com uma péssima reputação no exterior, o que dificultava a atração de investimentos internacionais. (SKIDMORE, 1998).

Desde sua posse, o governo de Jango enfrentou crises políticas, apesar de suas promessas de promover reformas nos campos social, econômico e político. Incapaz de se conciliar com as forças políticas nacionais e sobre enorme pressão norte-americana, Jango se sentiu impotente para proceder às reformas de base que considerava necessárias para o país e que eram demandas da esquerda. (PAULO NETTO, 2014).

Além disso, não se pode omitir o fato de que:

Jango era visto como amigo dos comunistas, incompetente em questões administrativas, irresponsável como homem político que incrementava a subversão, enfim, um populista que prometia mais do que podia dar às classes populares. (NAPOLITANO, 2014, p. 7).

Corroborando com o exposto, Parker (1977) confirma que Goulart foi considerado um “Presidente fraco”, cujas habilidades de liderança e de organização política eram questionáveis:

As restrições parlamentares eram um lembrete de sua falta geral de apoio junto aos militares, ao Congresso ou a qualquer tradicional elite de poder no Brasil, e, além disso, desde a sua posse, os Estados Unidos o olharam com desconfiança. Goulart tentou manipular, em seu benefício, as promoções militares, mas, em vista dos acontecimentos, essa tática não trouxe o resultado desejado de forte apoio por parte das forças armadas. Ao contrário, causou uma cisão entre os militares e, finalmente, contribuiu para sua derrubada. (PARKER, 1977, p. 130).

De acordo com Toledo (1993, p. 39), Goulart reassumiu os poderes conferidos ao Presidente do país pela Constituição de 1946 após o fracasso do parlamentarismo brasileiro, que teria sido causado por sua ineficácia administrativa, já que dificultava a tomada de decisões, mas, sobretudo, por ter se tornado “[...] uma fonte permanente de crises institucionais e políticas [...]”.

Por outro lado, Napolitano (2014) assegura que o parlamentarismo foi o maior atributo do governo de Jango que, segundo ele, apesar de não ter passado de um golpe que tiraria o poder das mãos do presidente de dissolver o Congresso e convocar novas eleições como Getúlio, evitou que uma guerra civil acontecesse.

A Goulart, um presidente sem os recursos para reunir o apoio necessário para sua gestão, que haviam lhe sido negado inclusive pelos Estados Unidos, restou apenas criar um espírito nacionalista sob o qual se apregoavam reformas que tinham o intento de aumentar sua popularidade (PARKER, 1977).

Toledo (1997) amplia essa argumentação analisando que, embora à época, o nacionalismo tivesse se tornado a tônica de acirrados debates percebidos em todas as esferas sociais, manifestava-se claramente dividido entre as forças políticas que apoiavam o capitalismo por um lado, e o socialismo por outro. Entretanto, o golpe civil-militar levado a cabo no final de março de 1964 derrotou a ambas, aniquilando a possibilidade de uma transição para o socialismo e transformando o país em uma economia do capitalismo coletivo, imperialista e a serviço de uma classe.

No entender de D'Araújo et al (1994), a legitimação do poderio autoritário e de 'linha dura' que tomou conta do país é baseada na opinião dos vencedores de que, tanto a imprensa quanto a opinião pública não foram justas, haja vista que, para estes, a iniciativa do golpe teria partido dos guerrilheiros e que à Força Armada só coube intervir para evitar que os comunistas tomassem o poder e colocassem em xeque a soberania nacional.

A desculpa oferecida pelos militares, de acordo com Paulo Netto (2014) justificava-se ao tentar equiparar o governo Jango com o que era chamado de processo de 'comunização do Brasil', o que, segundo eles, conseqüentemente desvirtuaria a sociedade brasileira, subvertendo-a e a seus arraigados valores cristãos.

Rezende (2013) retoma a ideia de uma tentativa de legitimação por parte dos golpistas afirmando que os militares se pautaram, sobretudo, na propagação de uma estratégia psicossocial cuja meta era associar o golpe à instauração de uma verdadeira democracia capaz de desbancar o ideário comunista/socialista não só de Jango, mas de uma parcela considerável da população que o apoiava.

Esperava-se que esse esclarecimento provocasse a aceitação das novas condições que passaram a ser estabelecidas (PAULO NETTO, 2014), levando os militares a afirmarem que, de fato, o golpe se tratava de um “[...] regime de exceção, emergencial, passível, portanto, de recorrer a medidas autoritárias legitimadas por sua natureza revolucionária.” (D'ARAÚJO et al., 1994, p. 13).

Skidmore (1998, p. 225) revela, no entanto, que apesar do intento de aplacar as duras críticas que sofriam, os militares não obtiveram sucesso, tornando-se, a partir de então, ainda “[...] mais repressivos, censurando a imprensa ainda mais estritamente, provocando um movimento de guerrilha armada e usando a tortura em seus esforços de esmagar toda a oposição.” Sob essa

perspectiva, Rezende (2013) adverte que, “Historicamente não é novidade alguma que uma ditadura lute por se mostrar democrática; aliás, quase todas o fizeram nos últimos séculos.”

Paulo Netto (2014, p. 70) descreve o quadro de terror que se desenvolveu já no primeiro dia do golpe:

Na sequência imediata do 1º de abril, o golpe – autointitulado Revolução, com qualificativos vários: ‘redentora’, ‘salvadora’ e outros que tais – mostrou a que veio: instaurou o arbítrio e a violência. Governadores legítimos e democraticamente eleitos foram depostos *manu militari* (o de Pernambuco Miguel Arraes, o de Sergipe, Seixas Dória e, meses depois, em novembro, Mauro Borges de Goiás) e políticos de oposição jogados nas cadeias. Irrompeu o terrorismo: líderes sindicais, estudantis e dirigentes de organizações nacionalistas e populares foram presos arbitrariamente e submetidos a tratamento vexatório; o movimento sindical passou por uma ‘operação limpeza’: de abril a dezembro, o novo regime interveio em 452 sindicatos, 43 federações e 3 confederações de trabalhadores urbanos; membros da Liga Camponesa foram perseguidos e encarcerados; assassinatos foram cometidos (oficialmente, apenas 7 civis – nenhum militar – foram mortos no dia 1º de abril; ao longo do ano morreram mais 13 pessoas); centenas de brasileiros escaparam do terror saindo pelas fronteiras do sul e levados de exilados refugiaram-se em embaixadas estrangeiras; milhares de domicílios, escritórios e consultórios viram-se invadidos e varejados; expurgo rigoroso iniciou-se nas Forças Armadas e em organismos estatais e autarquias; bibliotecas foram objetos de ataques e assaltos policiais; [...]

Ressalta-se que, embora tivessem conseguido abafar os levantes nacionalistas, a esquerda continuou atuante, na medida em que via acontecer uma sucessão de generais no poder. Sobre a égide da repressão, os militares ocuparam-se com a criação de órgãos de inteligência e de informações modernos e eficientes que tomaram tamanha proporção ao ponto de chegarem a desempenhar o papel de “[...] um gerenciador de atividades políticas e empresariais.” (REZENDE, 2013, p. 14). Além disso, disciplinas obrigatórias passaram a ser oferecidas nas escolas, demonstrando implicitamente a derrocada da democracia.

Para Cony (2004, p. 134) isso parecia refletir, em verdade, “[...] toda uma orientação do atual governo, o qual pretende solucionar os seus próprios problemas e os problemas do país sufocando o pensamento nacional.”

Corroborando com isso o pensamento de Clemente (2005, p. 22) ao declarar que:

O movimento militar que se impôs em 64 procurou exercer o controle rigoroso sobre as ideias, e uma das melhores maneiras encontradas por ele foi o controle das universidades. Esse controle se deu de inúmeras formas, desde a prisão de professores e alunos, à invasão de universidades, até a deposição de reitores e diretores.

É interessante lembrar que o referido golpe foi articulado muito antes de a subida dos militares ao poder, e foi tramado dentro e fora do país. Conforme disserta Napolitano (2014, p. 7), o golpe se transformou num marco sombrio da vida do país que mudaria para sempre sua história:

[...] além de ter fornecido um novo modelo de golpe e de regime político para vários países latino-americanos, o caminho da modernização, doravante, não passaria mais pelas reformas sociais para distribuir renda ou pela ampliação da democracia participativa eleitoral, mas por ‘segurança e desenvolvimento’ a todo custo.

No mesmo sentido, Paulo Netto (2014) assevera que o dito golpe foi reacionário, pois, mais que apenas a deposição de um presidente que estava no poder, representou, sobretudo, o fim das possibilidades de se desconectar a economia brasileira da dependência em relação aos interesses imperialistas. Significa dizer que o golpe foi uma transgressão à autonomia do Brasil em relação às políticas macroeconômicas estabelecidas e ditadas pelas nações dominantes e à transformação econômica e ao desenvolvimento que o país necessitava ter vivido desde seu descobrimento.

De fato, no início da década de 1960, o Brasil apresentava uma estrutura urbano-industrial em formação, o que servia ao interesse dos países que já contavam com uma superacumulação de capital e que prometiam instalar suas indústrias em países em desenvolvimento, desde que, estes se submetessem às exigências por eles impostas. Entre estas, pode-se citar a de serem mantidas e ampliadas as garantias de ampla liberdade para o capital estrangeiro e a redução ao mínimo das possíveis resistências dos trabalhadores à exploração da qual seriam alvo. (PAULO NETTO, 2014).

Tal golpe, como se sabe, teve exatamente esse objetivo: o de promover o crescimento econômico do país, colocando o Estado, nesse sentido, ao dispor dos países que aqui investiriam. Porém, não apenas econômica ou politicamente, a submissão brasileira também foi ideológica:

Cabe indicar que o nível de subordinação do novo governo às imposições e aos interesses norte-americanos não se revela apenas nos planos econômico e político

(interno e externo): o ‘grande irmão do Norte’ foi tomado como modelo em toda a linha. Por exemplo, é no Governo Castelo Branco, entre 1965 e 1966, que se firmam os acordos com o governo norte americano – os chamados acordos MEC/USAID – a partir dos quais a ditadura adequará a estrutura de todo o ensino brasileiro às transformações educacionais que imporá ao país. (PAULO NETTO, 2014, p. 91).

Estes acordos também influenciaram as Reformas posteriores, tanto a de nível Universitário quanto de graus inferiores, financiaram estradas, serviços sanitários, criaram escolas e usinas elétricas no país. Em contrapartida, como explica Parker (1977), era de se esperar que houvesse certos tipos de cobranças para além das monetárias.

Assim sendo:

Criou-se um padrão, a partir dos programas de ajudas dos Estados Unidos ao Brasil, durante a década de 60, de negar assistência a quem se percebesse estar alinhado com a esquerda radical, ou com os comunistas, canalizando-a mais amiúde para os governadores e instituições que sobressaíssem como protetores de uma sociedade não-comunista. (PARKER, 1977, p. 117)

Configurando-se como uma ditadura, o regime instituído após o golpe por meio da coerção e da violência, com forte orientação macroeconômica imperialista, também restringiu ao máximo os direitos políticos, inclusive os mais elementares. Além disso, como destaca Paulo Netto (2014, p. 83), ao ser constituído, o regime autoritário:

[...] impediu a alternância do poder e no governo, criminalizou a atividade oposicionista, tornou o terror uma política de Estado, feriu os direitos humanos fundamentais e renegou tanto as instituições jurídicas reconhecidas consensualmente como democráticas e legítimas quanto a sua própria retórica (suas promessas e compromissos públicos.)

Frederico (1990), destaca ainda que uma das primeiras medidas do regime autocrático em relação à economia foi a de estabelecer uma nova política salarial. Segundo esse autor, por meio da Lei 4.725/65, a livre negociação de salários entre patrões e empregados deveria deixar de existir, haja vista que esta incumbência caberia ao governo, que fixaria os reajustes salariais a partir de uma fórmula única que seria calculada tomando como base os índices fornecidos pelo ministério do trabalho. Começa, a partir daí, um período de arrocho salarial que, ao sacrificar os trabalhadores, estimulava a acumulação capitalista.

Frederico (1990) acrescenta, ainda, que ao arrochar o salário, diminuindo drasticamente o poder de compra das famílias, o proletariado adotou duas medidas importantes para se sustentar: colocou

mais gente da família ao serviço dos capitalistas, e isso incluía mulheres e crianças, além de se sujeitarem a fazer horas extras exaustivas.

Apesar de todos os esforços a classe operária continuava sacrificada, pois, mesmo tendo aumentado o número de assalariados em cada família, a soma dos salários de todos não era suficiente para driblar a recessão e o arrocho, não chegando a alcançar o que um trabalhador ganhava nos anos anteriores.

A partir de 1969 começa a fase mais dura ainda para a classe operária: a combinação da superexploração econômica com a repressão aberta e a intensa propaganda da ditadura isolam-na politicamente. Os anos compreendidos entre 1970 e 1972 caracterizaram-se pelo fracasso de grupos e organizações de esquerda que adotam a luta armada como forma principal de luta, o que torna ainda mais evidente a ausência de direção política revolucionária e determina uma conjuntura francamente favorável à burguesia (FREDERICO, 1990, p. 122).

A classe operária demorou anos para se organizar e começar a lutar por seus direitos (FREDERICO, 1990) e se fortificou na medida em que ganhava a simpatia dos estudantes e de intelectuais da época.

Sob essa mesma perspectiva, Clemente (2005) lembra que “as relações de conflito entre os militares e os cientistas brasileiros” também foram comuns desde o início da ditadura militar, cujo comando não fazia restrições “por parte dos órgãos de segurança, à área do conhecimento ou ao grau de especialização das pessoas atingidas” (p. 23).

Habert (1992, p. 29) analisa que a censura estabelecida por meio de decretos e instrumentos como o Ato Institucional n. 5, estendeu o poder do regime a todas as áreas: “jornais, revistas, livros, rádio, TV, filmes, teatro, músicas, ensino”, utilizando-se da alegação de preservação da segurança nacional e da moral das famílias brasileiras. Muitos outros mecanismos de repressão também passaram a serem utilizados, além da repressão, coerção e uma constante vigilância.

Habert (1992, p. 31) ilustra como se dava a ação dos militares:

Os telefones podiam estar grampeados. Um toque campainha podia ser o começo de um pesadelo. Se as portas fossem arrombadas pela polícia para detenção ou sequestro, podia ser a última vez que se via aquela pessoa, como aconteceu com o ex-deputado Rubens de Paiva, em 1971; um entre inúmeros casos. Uma camioneta

C-14 parada, com quatro pessoas podia anunciar problemas com a polícia política. Uma atitude suspeita podia ser motivo para prisão ocasional.

Pessoas e carros podiam ser revistados a qualquer momento e sob qualquer pretexto. Tanto a criação artística quanto a intelectual deveria passar pelo crivo em função da segurança nacional. A repressão também alcançou aos estudantes nas escolas e universidades, atingindo sobremaneira aos professores, funcionários e outros profissionais. As demissões sumárias, aposentadorias compulsórias e os regulamentos autoritários, bem como as aulas vigiadas, faziam parte do aparato de violência do Estado (HABERT, 1992).

A arbitrariedade e a violência do Estado ditatorial deu cabo de quase todas as organizações de esquerda que se dispuseram à luta armada contra o regime entre 1969 e 1974. Vale ressaltar que o Estado não se limitava a apenas a combatê-las. Incluía na sua lista de violência também aos operários, estudantes e intelectuais assim como a diversos outros setores da sociedade, gerando um clima de medo e de intranquilidade. (HABERT, 1992).

A inclusão de aulas de moral e cívica nos currículos de todos os níveis de ensino mostrava a preocupação em se implantar a ideologia do regime, encobriam o que realmente ocorria nas ruas do país, enquanto o conteúdo exaltava o culto à pátria, demonstrando o valor da religião e das Forças Armadas.

Os estudantes se rebelavam e faziam tentativas de contestações que só serviam para aumentar a repressão contra eles. Como consequência, paralisaram-se os debates sobre a educação e a melhoria no ensino que antes faziam parte da vida universitária, uma vez que até mesmo essa espécie de discussão era considerada subversão. Na medida em que os debates eram contidos e que as discussões eram caladas pelo medo ou pela própria violência, o número de analfabetos aumentava e reforçava-se o controle ideológico exercido pelo regime autocrático.

Paralela a esse clima de insegurança e medo, outra característica marcante deste período se sobressaía e que não pode ser desprezada em estudos dessa natureza: diz respeito ao contundente uso da mídia de massa como veículo de comunicação de seus ideários. Programas e propagandas eram criados no sentido de convencer a população de que o Brasil precisava se tornar grande perante as demais nações, acenando com a possibilidade de fazer com que o país se desenvolvesse ao ponto de se destacar internacionalmente.

A despeito desta estratégia, Skidmore (1998, p. 243) assegura que:

Agora os militares, encorajados por seu sucesso no golpe de 64, pensavam ter chegado o momento de cumprir o destino do Brasil. Isso exigia também uma campanha na mídia para preparar o público. Exemplos desse compromisso se encontravam nos projetos de megaconstruções do governo: a represa de Itaipu (a maior do mundo) na fronteira com o Paraguai; a rodovia Transamazônica (atravessando a maior floresta tropical do mundo) e o gigantesco projeto de energia atômica utilizando tecnologia alemã que nunca fora usada antes). Todos estes projetos multibilionários, financiados pelo governo, eram tidos como uma ajuda para lançar o Brasil no Primeiro Mundo.

Além disso, as restrições políticas passaram a ser estatuídas por Atos Institucionais que tinham como finalidade assegurar a ordem de um país que, na visão dos militares, precisava se reestruturar em busca do progresso.

Embora os setores de resistência, sobretudo a esquerda continuassem atuando e a repressão sobre eles se intensificasse a cada dia, grande parte da população, principalmente nas cidades interioranas, não se davam conta da prepotência com que os militares tratavam seus compatriotas. Uma parte substancial da população continuava acreditando que o golpe dos militares fazia parte, na verdade, do milagre econômico vivido, capaz de colocar a economia e o desenvolvimento novamente nos trilhos. (HABERT, 1992).

A economia, que se apoiava sobretudo em produtos importados, sofreu um grande impacto com a chamada “crise do petróleo”, época em que o então presidente Ernesto Garrastazu Médici é substituído pelo General Ernesto Geisel. A sucessão ocorreu em meio à crise mundial provocada pela retaliação feita pelos países da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) que suspenderam a exportação àqueles que tivessem manifestado seu apoio a Israel, elevando seu preço por todo o mundo. Com o preço elevado do petróleo, aumentou-se o valor das importações, causando um déficit substancial nos cofres do governo brasileiro que precisou repassar o prejuízo para a população, principalmente porque esta tinha dívidas externas a saldar, a juros cada vez mais altos referentes aos empréstimos que o Brasil tomava do exterior.

Para Habert (1992), este foi o início do fim do milagre econômico brasileiro, uma vez que expos, com uma incrível rapidez, todas as mazelas escondidas por ele, principalmente as “contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro” gerada pelo sistema capitalista em si, mas também pela

ditadura, que projetava estatísticas falaciosas sobre a taxa de crescimento da economia e o déficit público. Internamente, as taxas de juros subiam assustadoramente, aumentando o endividamento das famílias e contribuindo ainda mais para a perda de seu poder aquisitivo.

Esse contexto de crise não deixou de atingir a burguesia que havia sido beneficiada pelo governo autocrático que lhe conferia facilidades sofrendo uma queda nos altos lucros que já havia acumulados nos anos anteriores.

Ferreira Jr. e Bittar (2008, p. 335) concluem, nesse sentido, que:

Os governos militares adotaram um movimento político de duplo sentido: ao mesmo tempo em que suprimiam as liberdades democráticas e instituíam instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levavam à prática os mecanismos de modernização do Estado nacional, no sentido de acelerar o processo de modernização do capitalismo brasileiro.

Embora críticas a essa situação autoritária chegassem aos Estados Unidos e à Europa, não houve manifestação por parte destes governos contra os desmandos apontados, uma vez que o Brasil havia retomado o crescimento da economia, ainda que à custa de contínuas desigualdades o que, aparentemente bastava para agradar a estes países investidores. (SKIDMORE, 1998).

No sentido de se tornar um agenciador da grandeza da nação, a política da autocracia burguesa promoveu a facilidade de crédito, desencadeando, com isso, uma reviravolta econômica observada, sobretudo, a partir da crescente industrialização do país bem como do setor agrícola. Entretanto, para sustentá-la, deveria desprender esforços para a formação de pessoal para atender a ambas as áreas, especialmente às indústrias, que recrutavam, do excedente do campo, mão de obra barata, porém sem qualificação. Foi, portanto, diante deste processo, que o país começou “[...] a desenvolver mais intensamente políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento.” (FONSECA, 2012, p. 2).

Na visão de Fonseca (2012), os militares faziam crer que a segurança nacional era a finalidade última de todas as suas políticas. Contrariando, porém, essa suposição, Ferreira Jr. e Bittar (2008, p. 335) asseveram que elas tinham como escopo o de “[...] estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas

de produção.”. Acredita-se, no entanto, que ambos os motivos tenham sido válidos, pois, de uma maneira ou de outra, atendiam aos pressupostos do regime autoritário.

Foi no Governo Geisel que se deu de forma lenta e gradual, o início do processo de abertura política que só iria se concretizar no meado da década de 1980. Não significa que, por ser de uma linha menos dura que de seu antecessor os mecanismos de repressão tivessem sido aposentados.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Aspectos Feudais da Colonização do Brasil**. Revista Espaço Acadêmico, nº 52, 2008.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964 - 1979)**. (Tese. 2005)

CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato – O som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a reforma universitária de 1968. **Jornal Ciência & Tecnologia**. n.5, set/2004. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/graduacao/jornalismo/jornalismo_cientifico/artigoaditaduramilitarea_reformauniversitariade1968.asp> Acesso: 05 mar. 2014.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o Movimento Operário. 1964-1984**. Vol. 3. A Reconstrução. Belo Horizonte, Oficina do Livro, 1990.

FONSECA, Marcelo Luiz Mendes da. **Atuação do CNPq durante o regime militar: novas bases para a afirmação da pesquisa científica nacional**. (2012) Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sesoes_tematicas/Tema4Historia%20Economica/Artigo-1-Autoria.pdf> Acesso: 01 out. 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary D.; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relime-Dumará, 1994.

GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HABERT, Nadine. **A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

IANNI, Octavio. **A Formação do Proletariado Rural no Brasil – 1971**, p. 127-146. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil – o debate na esquerda (1960-1980)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar**. São Paulo: Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março**. 2. ed. Trad. Carlos Nayfield. Rio de Janeiro: Civilização, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade - 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

SILVA, Thiago Willian. **CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA ERA DA REPRESSÃO: OLHARES, PERSPECTIVAS E IDEIAS DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O REGIME MILITAR**. Projeto de Mestrado registrado junto a Coordenação do Mestrado da UFVJM/Teófilo Otoni, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil – o debate na esquerda (1960-1980)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 1993.